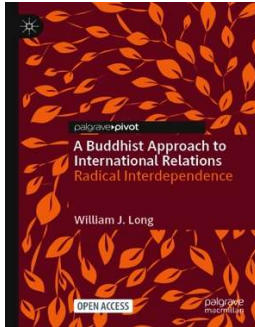


**LONG, William. A Buddhist Approach to International Relations: Radical Interdependence.  
Londres: Palgrave Macmillan, 2021.**



José Francelino Galdino Neto<sup>1</sup>  
Davi Lima Gadelha<sup>2</sup>

### RESENHA

O presente texto apresenta uma resenha do livro "*A Buddhist Approach to International Relations: Radical Interdependence*", do professor de Ciência Política William J. Long e foi publicado em 2021 pela editora Palgrave Macmillan, com acesso livre<sup>3</sup>. O objetivo central do livro é apresentar uma abordagem budista para o estudo teórico das Relações Internacionais, subárea da Ciência Política no nível internacional. O autor apresenta uma interpretação não ocidental da política internacional, pois o budismo trás uma ontologia e epistemologia com bases diferentes daqueles presentes no pensamento ocidental tradicional. A interpretação grego-romana ocidental sobre ciência foi a base fundacional das Relações Internacionais. Logo, a publicação de um livro com essa proposta se apresenta como algo necessário para pluralizar as vozes do debate acadêmico na área. Essa pesquisa se une a outras abordagens inovadores provenientes do Sul Global, que possuem como objetivo-chave apresentar críticas e sugestões de mudança para as teorias *mainstream* das Relações Internacionais.

O livro se inicia com reflexão feita por Aldous Huxley sobre a improvável relação entre o budismo e o estudo das Relações Internacionais. Para o autor, o budismo

---

<sup>1</sup> Doutorando em Ciência Política, UFPE, <https://orcid.org/0000-0002-1115-0827>, [netogaldino@servidor.uepb.edu.br](mailto:netogaldino@servidor.uepb.edu.br).

<sup>2</sup> Graduando de Relações Internacionais, UEPB, <https://orcid.org/0009-0002-7280-9610>, [davi.gadelha@aluno.uepb.edu.br](mailto:davi.gadelha@aluno.uepb.edu.br).

<sup>3</sup> Link para download gratuito: <https://link.springer.com/book/10.1007/978-3-030-68042-8>.



apresenta uma nova perspectiva que vai de maneira antagônica ao pensamento ocidental tradicional, uma vez que o texto destaca a falta de empatia nas relações entre os Estados, isso é suportado ideologicamente e culturalmente pela crença de que o comportamento correto nas relações internacionais é o agressivo e competitivo. Nesse sentido, a busca pela sobrevivência seria a justificativa para atitudes agressivas e extremas (Long, 2021).

O autor apresenta uma linha temporal da evolução teórica da disciplina, na qual explica que apesar de existirem debates acadêmicos entre as teorias principais de Relações Internacionais, como o Realismo e o Liberalismo, essas divergências orbitam dentro de uma mesma cosmovisão de mundo e, principalmente, de ciência. Assim, temas como cooperação e conflito, onde realistas e liberais propõem soluções diferentes, terminam por estabelecer padrões pré-definidos de comportamento para os Estados, tendo como base a lógica do ator racional e os constrangimentos sistêmicos estabelecidos pela anarquia, semelhante ao estado de natureza hobbesiano, uma lógica de todos contra todos. Long (2021) defende que sua abordagem budista apresenta uma proposta consistente para preencher essa lacuna teórica na disciplina. Em outras palavras, seu livro apresenta de fato um contraponto de cosmovisão do mundo e de como se fazer ciência a partir de uma base não ocidental.

Long (2021) defende a ideia de que Max Weber estava equivocado em acreditar que o budismo seria uma religião não política e antipolítica. Segundo o autor, Buda considerava de extrema importância questões como a política e a economia, pois são ações externas que influenciam na felicidade dos indivíduos. Ao contrário da percepção weberiana sobre a relação entre budismo e política, os ensinamentos de Buda incluíam: a) rejeição da prevalência da ordem hierárquica, b) decisão a favor da razão humana e do pragmatismo na solução de problemas, oferecendo uma teoria contratual do Estado dois mil anos antes de Hobbes, Locke e Rousseau; c) criação de um modelo democrático igualitário e institucionalizado, mais uma vez antes dos pensadores ocidentais.

Assim, o autor apresenta dois exemplos-chave sobre a plena relação entre a abordagem budista e política. O primeiro ocorreu durante o antigo Império Maurya durante o reinado de Ashoka (268 a 232 a.C.). Essa figura histórica ficou conhecida por sua conversão ao Budismo após uma sangrenta vitória contra o Reino de Kalinga. A conversão de Ashoka causou um impacto definitivo na sua forma de governar e nas suas políticas domésticas e exteriores. Especificamente, foi adotada uma política chamada "Dhamma" que poderia ser interpretada como o caminho de vida justo e moral. Dessa



forma, o Imperador após sua conversão ao Budismo adotou um modelo de governar, no qual buscava atuar na política de forma justa e compassiva, principalmente através da promoção de valores como a paz, tolerância religiosa e ética. Ashoka também foi um dos principais responsáveis pela disseminação da religião na região onde hoje é a Índia.

O segundo exemplo é atual e ocorre no país chamado Butão. O Estado é um dos poucos países do Sul Global que não foi colonizado formalmente por países do ocidente, ao contrário da Tailândia e Sri Lanka. Assim, no Butão, o Budismo não é apenas a religião mais importante, mas se estabeleceu como um verdadeiro modo de vida que faz parte de todos os aspectos da sociedade, com destaque na política. A religião fornece a base moral e filosófica para a governança do país e para a formulação das políticas públicas, ajudando a moldar a própria identidade nacional. O Butão também é famoso por sua política de "Felicidade Nacional Bruta", que possui como objetivo prioritário o bem-estar de toda a população e sua felicidade como estratégia de desenvolvimento nacional. Por fim, na diplomacia, o país adota como forma de inserção internacional os princípios budistas da não violência, do pacifismo e da compaixão. O Butão, portanto, é um exemplo atual de como o budismo influencia de forma determinante na política doméstica e externa de um país do Sul Global em pleno século XXI.

O livro apresenta os ensinamentos de Buda como forma de explicar como os Estados soberanos poderiam se comportar iguais aos indivíduos. Segundo a abordagem budista, a natureza humana quando realizada um treinamento para a mente, com o objetivo de conhecer a verdadeira realidade, terá somente altruísmo, cooperação social e não o interesse próprio como defende as teorias tradicionais de Relações Internacionais. Trazendo esses ensinamentos para os atores internacionais, a política para o budismo reflete na mentalidade da sociedade que os compõem, sendo resultado das ações coletivas (karmas). Segundo Long (2021), Buda interpretou a política, não como um fim em si próprio, mas como uma ferramenta que poderia construir valores bons ou maus. Além disso, para a religião budista, o governo deve manter o bem-estar social e deve se manter no poder, visto que é uma instituição necessária para manter a harmonia social. Outra questão importante é que qualquer forma de governo que permitisse o sistema de castas, ou de algum tipo de hierarquia social, não seria bem vista pelo Budismo, dado que principal foco dos ensinamentos políticos de Buda estava na igualdade entre os indivíduos, como dito por Long (2021, p. 36): "*A fundamental principle of the dharma relevant to politics is the equality and dignity of all individuals*".

A abordagem normativa do budismo, no que tange a política, é um dos focos do livro. O autor ressalta o comportamento político não violento e empático do líder como elemento central do impacto dos ensinamentos de Buda para as Relações Internacionais. Portanto, demonstrar compaixão, através de práticas de bondade, generosidade aos seus súditos e vizinhos internacionais é algo inegociável (Long, 2021). Também é discutido no livro, como Buda aborda questões econômicas. A economia para Buda é interpretada como possuir materiais necessários para uma vida confortável, indo ao contrário da lógica da acumulação capitalista ocidental que domina o imaginário da maioria das populações sobre o que é sucesso e felicidade. Na cosmovisão ocidental, há uma analogia entre a utilidade do indivíduo com o que ele produz. A lógica é que seu valor como ser humano é medido pelo seu nível de produtividade em termos monetários. Na abordagem budista, evita-se o engajamento em atividades excessivas, com fins financeiros, ele, Buda, advogou um progresso equilibrado no bem-estar, abraçando o chamado "Caminho do Meio". Este caminho busca evitar tanto o ascetismo fisicamente prejudicial quanto a indulgência material esmagadora, visando alcançar a felicidade. Podemos traçar um paralelo entre os ensinamentos de Buda e o pensamento contracolonial do pensador brasileiro Antônio Bispo dos Santos (2023)<sup>4</sup>.

Segundo Long (2021), para o Budismo, o Estado é ameaçado pela pobreza. Os indivíduos e o governo possuem a responsabilidade de preservar e fomentar o bem-estar de todos igualmente. No caso do indivíduo, essa responsabilidade de zelar pelos outros emana do cultivo de estados mentais mais elevados, como generosidade e compaixão, juntamente com um reconhecimento pela igualdade e dignidade de todos os seres humanos. No entanto, a filantropia por si só não resolverá integralmente a questão. O desafio da pobreza deve ser abordado de maneira sistemática.

A abordagem budista para as Relações Internacionais pelo budismo começa com o estabelecimento de um governo eficiente que trabalhe para o interesse das massas. Para as interações com outros Estados soberanos, seria proibido tomar atitudes hostis e agressivas. Em outras palavras, o Estado deveria promover ativamente o desenvolvimento de relações amigáveis. O estímulo ao comércio é respaldado, não apenas para alinhar-se com princípios éticos.

Em suma, Long (2021) apresenta a sua teoria social budista a partir do conceito de interdependência radical, no qual enfatiza as responsabilidades individuais para com

---

<sup>4</sup> BISPO, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora, 2023.



os outros, ao invés do foco na escolha auto interessada. Além disso, outra questão-chave é a estrutura política dos Estados e suas instituições. A abordagem budista pode ser interpretada como um sistema democrático com igual ênfase nas liberdades individuais e na responsabilidade social e ambiental. Uma política budista, portanto, sugere que os sistemas políticos devem equilibrar conscientemente a independência e a interdependência dos indivíduos na sociedade, desafiando a ênfase atual no individualismo radical focado na lógica do ator racional. O livro "*A Buddhist Approach to International Relations: Radical Interdependence*" apresenta uma abordagem importante para o estudo das Relações Internacionais e, conseqüentemente, das ciências humanas como um todo. A reflexão proposta por Long (2021) produz no leitor reflexões ontológicas e epistemológicas sobre o estudo da política internacional e da própria formulação de políticas públicas a nível doméstico ou externo. A partir da teoria social budista apresentada no livro podemos observar e analisar os problemas atuais por outra perspectiva marginalizada, própria do Sul Global, uma nova cosmovisão para a disciplina. Dessa forma, poderíamos pensar em uma nova sociedade possível, através da compaixão e da paz, um projeto emancipatório, uma teoria crítica e normativa, que traz para o leitor novas alternativas para problemas antigos, mas que são persistentes na contemporaneidade.

*Submetido em: 19/12/2023*

*Aceito em: 06/02/2024*